A oferta feita por meio deste edital ("Edital") dirige-se a todos os acionistas da Tempo Participações S.A.

EDITAL DE OFERTA PÚBLICA VOLUNTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

Tempo Participações S.A.

Companhia Aberta - Código CVM nº 01991-7 - CNPJ/MF nº 06.977.739/0001-34 - NIRE 35.300.316.606

Código de Negociação na BM&FBOVESPA: TEMP3

Código ISIN

BRTEMPACNOR0

POR ORDEM E CONTA DE

Hill Valley Participações S.A.

CNPJ/MF nº 22.626.793/0001-91 - NIRE 35.300.47862-2

Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na Avenida Paulista, 1450 – 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93 (**"Instituição Intermediária"**), por ordem e conta de **Hill Valley Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 12º andar, conjunto 1201, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.626.793/0001-91 (**"Ofertante"**), vem, pela presente, submeter aos acionistas da **Tempo Participações S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Andrômeda, nº 2000, Edifício 19, Condomínio Green Valley, Alphaville, CEP 06473-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.977.739/0001-34 ("**Acionistas**", **"Companhia Objeto"** ou **"TEMPO"**), uma oferta pública voluntária de aquisição de controle para a aquisição de 82.100.531 ações ordinárias de emissão da Companhia Objeto, que representam, nesta data, 52,22% do total de ações emitidas pela Companhia Objeto, sendo esperado que, na data de liquidação desta Oferta, tais ações representarão 51% do total de ações emitidas pela Companhia Objeto em base totalmente diluída (*fully diluted*), considerando-se as opções outorgadas nos termos do plano de opções aprovado em assembleia geral (**"Ações"**), de acordo com as regras estabelecidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (**"Lei das Sociedades por Ações"**) e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 361, de 5 de março de 2002 (**"Instrução CVM 361"**), com a finalidade e de acordo com as condições a seguir dispostas (**"Oferta"** ou **"OPA de Aquisição de Controle"**).

1. A OFERTA - 1.1. Informações ao Edital. Este Edital foi preparado com base em informações prestadas pela Ofertante com o objetivo de atender às disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361 para a realização da presente Oferta, dotando os Acionistas dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da Oferta. **1.2. Histórico e Contexto da Oferta. 1.2.1.** Em 13 de agosto de 2015, a Companhia Objeto divulgou fato relevante anunciando ao mercado que havia sido informada, através de comunicação enviada na mesma data, por fundos ("**Fundos Carlyle**") membros do grupo de entidades atuando como "The Carlyle Group", do qual a Ofertante é membro, acerca da intenção dos Fundos Carlyle de realizar a presente Oferta, sujeita aos termos e condições previstos na referida comunicação, bem como de, uma vez concluída e bem sucedida a presente Oferta, de forma que a Ofertante tenha se tornado acionista controladora da Companhia Objeto, realizar uma Oferta Pública de Cancelamento de Registro para adquirir até 100% (cem por cento) das ações remanescentes de emissão da Companhia Objeto, nos termos do Art. 4º, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia Objeto, e, consequentemente, para fins de sua saída do segmento especial de negociação denominado "Novo Mercado" ("**Saída do Novo Mercado**") da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBovespa**"), sujeita ao deferimento do registro da OPA para cancelamento do registro pela CVM e aos demais termos e condições previstos na referida comunicação ("**OPA de Cancelamento de Registro**" e, em conjunto com a OPA de Aquisição de Controle, as "**OPAs**" ou as "**Ofertas**"). **1.2.2.** Conforme disposto na comunicação acima referida, enviada pelos Fundos Carlyle à Companhia Objeto ("**Comunicação de Anúncio das OPAs**"), na visão da Ofertante, o cancelamento do registro de companhia aberta atende ao interesse da Companhia, uma vez que em, sua opinião, a Companhia não tem necessidade de acessar o mercado de capitais para financiar suas atividades, e a manutenção do registro de emissor de valores mobiliários implica uma série de custos e esforços que a Ofertante entende poderem ser mais bem alocados na consecução dos objetivos sociais. **1.2.3.** Ainda, nos termos da Comunicação de Anúncio das OPAs, a presente Oferta estava sujeita à implementação de determinadas condições precedentes, as quais foram devidamente realizadas, conforme abaixo descrito: (a) Foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia Objeto, em reunião realizada em 20 de agosto de 2015, a lista tríplice composta pelas seguintes instituições de primeira linha, especializadas em avaliação econômica de empresas: (i) Banco Santander S.A.; (ii) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.; e (iii) Modal Assessoria Financeira Ltda., subsidiária do Banco Modal S.A., a qual foi submetida à assembleia geral da Companhia Objeto para a escolha da instituição responsável pela preparação do laudo de avaliação do valor econômico da Companhia Objeto ("**Laudo de Avaliação**") para fins de atendimento ao disposto na Instrução CVM 361 em relação à OPA de Cancelamento de Registro e ao disposto no Regulamento Novo Mercado em relação à Saída Novo Mercado, tendo em vista que a Ofertante pretende realizar a OPA de Cancelamento de Registro, com a consequente Saída do Novo Mercado da Companhia Objeto. (b) Foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia Objeto, realizada em 08 de setembro de 2015, as seguintes matérias: (i) eleição de Modal Assessoria Financeira Ltda., subsidiária do Banco Modal S.A. ("**Avaliador**"), para preparação do Laudo de Avaliação; (ii) o cancelamento de registro de companhia aberta com a consequente Saída do Novo Mercado, sujeito à realização, com sucesso, da OPA de Cancelamento de Registro; e (iii) a reforma do estatuto social da Companhia Objeto para exclusão do disposto no seu artigo 41 (*poison pill*) com expressa dispensa de observância do disposto em referido artigo pela Ofertante em relação à realização da presente Oferta e da OPA de Cancelamento de Registro. (c) Conforme informado em Fato Relevante divulgado pela Companhia Objeto, a Ofertante, em 08 de setembro de 2015, enviou comunicação à Companhia Objeto confirmando que foram obtidos pela Ofertante compromissos firmes de acionistas da Companhia Objeto, que representam mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia Objeto na referida data, de que irão aderir às OPAs nos termos e condições propostos pela Ofertante e vender, pelo Preço da Oferta (abaixo definido), a totalidade das suas Ações nos leilões desta OPA e da OPA de Cancelamento de Registro, observado o rateio das Ações, previsto no Art. 32 B da Instrução CVM 361, o qual será aplicável caso o número total de ações a serem alienadas nesta OPA de Aquisição de Controle seja superior ao número de Ações objeto desta Oferta, conforme detalhado no item 1.11.1 abaixo. (d) A aquisição das Ações por meio desta Oferta foi devidamente aprovada, sem restrições, pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), conforme despacho Superintendência Geral do CADE, publicado no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2015 tendo transcorrido o prazo recursal de 15 (quinze) dias previsto na Lei de Defesa da Concorrência sem a interposição de recurso por terceiros ou avocação de referida decisão pelo Tribunal do CADE, conforme constou da certidão expedida pelo CADE em 25 de setembro de 2015. (e) Em 06 de outubro de 2015, a Companhia divulgou o Laudo de Avaliação, elaborado pelo Avaliador, o qual confirmou que o Preço da Oferta (inclusive o preço por Ação da Parcela Inicial do Preço Parcelado), é superior ao menor valor indicado no Laudo de Avaliação. O Laudo apurou como intervalo adequado para o valor econômico das ações de emissão da Companhia os valores compreendidos entre R$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) e R$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos) por ação; **1.2.4.** Ressalta-se que a realização do Leilão está sujeita à implementação de determinadas condições, conforme detalhadas no item 1.11 deste Edital. Da mesma forma, a realização da OPA de Cancelamento de Registro (a qual, para que não restem dúvidas, não é objeto do presente Edital), também está sujeita à implementação de determinadas condições precedentes, conforme informado na Comunicação de Anúncio das OPAs. **1.2.5.** A Ofertante continuará comunicando ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia Objeto, para que a Companhia Objeto informe aos acionistas e ao mercado, através da divulgação de fatos relevantes, o cumprimento de condições precedentes para a implementação de ambas as Ofertas. **1.2.6.** Nos termos do item 8.3 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa ("**Regulamento do Novo Mercado**"), uma vez concluída e bem sucedida a presente Oferta, de forma que a Ofertante tenha se tornado acionista controladora da Companhia Objeto, a Ofertante deverá subscrever o Termo de Anuência dos Controladores e realizar o protocolo na BM&FBovespa em até 15 (quinze) dias da conclusão da Oferta. Assim, a Ofertante se responsabilizará pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento do Novo Mercado, com a Cláusula Compromissória, com o Regulamento de Sanções e com o Regulamento de Arbitragem, conforme modelo constante do Anexo B do Regulamento do Novo Mercado. **1.3. Fundamento Legal:** A Oferta está sendo realizada nos termos do artigo 257 da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos termos do artigo 2º, inciso V, e artigos 32 e seguintes da Instrução CVM 361. **1.4. Ausência de Registro da Oferta:** A Oferta objeto deste Edital não está sujeita a registro perante a CVM, nos termos do artigo 257 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo 1º, artigo 2º da Instrução CVM 361. A Oferta observará, no que for aplicável, o procedimento geral estabelecido nos artigos 4º a 8º-A, 10 a 12 e 14 a 15-B da Instrução CVM 361, conforme determinado pelo parágrafo 2º, artigo 2º da Instrução CVM 361. **1.5. Aprovações Societárias:** A realização da Oferta foi aprovada em assembleia geral extraordinária da Ofertante realizada em 25 de setembro de 2015, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias". **1.6. Ofertante:** A Ofertante é uma afiliada dos Fundos Carlyle e não tem relação com a Companhia Objeto. Para maiores informações sobre a Ofertante, vide item 8 deste Edital. **1.7. Validade:** Esta Oferta permanecerá válida até 09 de novembro de 2015 data em que ocorrerá o Leilão ("**Data do Leilão**"). **1.8. Forma:** Esta Oferta será concluída por meio de um leilão (**"Leilão"**) no Segmento Bovespa da BM&FBovespa. **1.9. Ações Objeto da Oferta:** Observado as condições previstas no item 1.11, a Instituição Intermediária, por meio da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Bradesco Corretora**") e, por conta e ordem da Ofertante, dispõe-se a adquirir a totalidade das Ações objeto da OPA de Aquisição de Controle. **1.10. Ausência de Restrições às Ações:** Ao aceitarem alienar as Ações de sua titularidade nos termos desta Oferta, os Acionistas declaram que tais Ações se encontram livres e desembaraçadas de qualquer direito real de garantia, ônus, encargo, usufruto, gravames ou qualquer outra forma de restrição à livre circulação ou transferência que possa impedir o exercício pleno e imediato, pela Ofertante, dos direitos patrimoniais, políticos ou de qualquer outra natureza decorrentes da titularidade das Ações ou o pleno atendimento às regras para negociação de ações constantes do Regulamento de Operações da Câmara de Compensação e Liquidação do Segmento BOVESPA e da Central Depositária da BM&FBOVESPA. **1.11. Condições para a Eficácia da Oferta:** A efetivação da presente Oferta é condicionada à implementação das seguintes condições: **1.11.1.** Nos termos do Art. 32-B da Instrução CVM 361, será facultado aos Acionistas da Companhia condicionar a aceitação da Oferta ao sucesso da OPA de Aquisição de Controle, sendo considerada bem sucedida a OPA de Aquisição de Controle que receber aceitações incondicionais para uma quantidade de ações capaz de, somadas às ações do Ofertante, de pessoas a ele vinculadas, e que com ele atuem em conjunto, assegurar o controle da Companhia Objeto. Dessa forma, (i) caso a OPA de Aquisição de Controle tenha sucesso, o Ofertante adquirirá a totalidade das Ações objeto da Oferta, observando-se o rateio proporcional para a compra das Ações entre os Acionistas que tiverem aceitado a Oferta, caso o número de ações a serem alienadas na OPA de Aquisição de Controle seja superior ao número de Ações objeto da Oferta, observado que caso o rateio resulte em frações de Ações, referidas frações serão arredondadas para o número inteiro mais próximo para definir o número de Ações que cada Acionista venderá na forma deste Edital; e (ii) caso a OPA de Aquisição de Controle não tenha sucesso, a Ofertante não irá adquirir quaisquer ações por meio da presente Oferta. A Ofertante não adquirirá na Oferta quantidade inferior ou superior de ações à quantidade de Ações objeto desta OPA de Aquisição de Controle. **1.11.2.** A implementação e consumação da OPA de Aquisição de Controle depende expressamente das seguintes condições: (a) Confirmação de que o preço por Ação ofertado pela Ofertante nos termos do item 2.1 deste Edital (inclusive o preço por Ação da Parcela Inicial do Preço Parcelado), é igual ou superior ao menor valor indicado em um eventual novo laudo de avaliação da Companhia, caso os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações em circulação, na forma prevista no Artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações, exerçam o direito de requerer aos administradores da Companhia Objeto que convoquem assembleia geral especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou outro critério ao utilizado no Laudo de Avaliação, para efeito de determinação do valor econômico/preço justo da Companhia Objeto. Caso haja tal solicitação e não seja possível concluir o processo de revisão do Preço da Oferta previsto no Artigo 24º da Instrução CVM 361 em tempo de realizar o Leilão na Data do Leilão (abaixo definida), de forma que a Data do Leilão precise ser adiada, será publicado um aditamento ao presente Edital com a indicação da nova data de realização do Leilão, nos termos do Artigo 5º parágrafo 3º da Instrução CVM 361 e do item 1.11.4 abaixo. Caso o Preço de Oferta das OPAs (inclusive o preço por Ação da Parcela Inicial do Preço Parcelado) seja inferior ao menor preço indicado no novo laudo de avaliação, a Ofertante poderá desistir das OPAs, nos termos da legislação aplicável. Conforme Fato Relevante da Companhia Objeto que divulgou o Laudo de Avaliação, em 06 de outubro de 2015, os Acionistas que representem pelo menos 10% das ações em circulação tem, a partir de 06 de outubro de 2015, 15 dias corridos para solicitar a convocação de assembleia especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação, se assim desejarem, nos termos do art. 4º-A, § 1º, da Lei n.º 6.404/76. (b) Habilitação no Leilão por Acionistas que representam mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia Objeto. (c) A não ocorrência, até as 19:00 horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior à Data do Leilão, inclusive, de quaisquer dos eventos listados a seguir, salvo em caso de renúncia expressa de tal condição pela Ofertante, manifestada na forma do item 1.11.3 abaixo: (I) Suspensão geral ou limitação de negociação de valores mobiliários na BM&FBovespa; (II) Declaração de moratória bancária ou qualquer suspensão de pagamentos em relação aos bancos, em geral, no Brasil; (III) Início de guerra ou hostilidades armadas no Brasil; (IV) Ocorrência de alteração nas normas aplicáveis ao mercado de capitais do Brasil que impeça a realização da OPA; (V) Revogação de qualquer autorização governamental necessária para a implementação da OPA de Aquisição de Controle ou a expedição de qualquer ato de autoridade que impeça a realização da OPA; (VI) Alteração em legislação ou regulamentação aplicável às instituições financeiras, aos fundos de investimentos regulamentados pela CVM, à Companhia Objeto ou aos seus respectivos mercados de atuação que impeça a realização da OPA de Aquisição de Controle; e (VII) Verificação de falsidade ou incorreção das declarações e garantias prestadas pelos Administradores conforme previstas no Anexo II do presente Edital. **1.11.3. Ocorrência de Condição:** Caso, a qualquer momento entre a data de publicação deste Edital e as 19:00 horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior à Data do Leilão, verifique-se a ocorrência de qualquer dos eventos mencionados no item 1.11.2, alínea (c) acima, a Ofertante informará, mediante o envio de comunicação, ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia Objeto, para que a Companhia Objeto informe aos acionistas e ao mercado, e ao Diretor de Operações da BM&FBovespa, se manterá a Oferta (tendo a Ofertante renunciado à condição) ou se a Oferta será cancelada, perdendo, assim, sua eficácia. **1.11.3.1. Renúncia a Condição:** Observado o disposto no parágrafo 5º, parágrafo 3º da Instrução CVM 361, a Ofertante poderá, a seu exclusivo critério, renunciar a qualquer das condições previstas no item 1.11.2 acima, sendo que a renúncia da respectiva condição será considerada uma modificação da Oferta e exigirá publicação de aditamento ao Edital, com destaque para as modificações efetuadas e a indicação da nova data para realização do Leilão, conforme aplicável, na forma do disposto no item 1.11.4 abaixo, hipótese em que a Oferta manterá sua validade e eficácia. Na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas no item 1.11.2 acima, a Ofertante deverá solicitar a Companhia Objeto que divulgue imediatamente fato relevante ao mercado, esclarecendo se: (a) renunciará à respectiva condição e manterá os termos originais da oferta sem qualquer alteração; ou (b) não renunciará à respectiva condição e a Oferta deixará de produzir qualquer efeito imediatamente. **1.11.3.2. Mudança ou Revogação da Oferta:** A presente Oferta é imutável e irrevogável após a publicação deste Edital, exceto pela possibilidade de modificação por melhoria da OPA de Aquisição de Controle em favor dos destinatários, ou de renúncia, pela Ofertante, das condições por ela estabelecidas para a efetivação da OPA de Aquisição de Controle, nos termos do item 1.11.2 acima. Qualquer mudança nos termos e condições da Oferta ou a sua revogação serão amplamente divulgadas na forma do disposto no item 1.11.3 acima. **1.11.4. Aditamento ao Edital:** Eventual modificação da OPA de Aquisição de Controle ensejará publicação de aditamento a este Edital (**"Aditamento"**), com destaque para as modificações efetuadas e com a indicação, caso aplicável, da nova data para realização do Leilão, a qual deverá observar os seguintes prazos: **(i)** prazo mínimo de 10 (dez) dias, nos casos de aumento do Preço da Oferta (conforme abaixo definido) ou renúncia a condição para efetivação da OPA de Aquisição de Controle, ou 20 (vinte) dias, nos demais casos, contados da publicação do Aditamento; e **(ii)** prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do Aditamento ou 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação deste Edital, o que acontecer por último. **1.12. Manifestação do Conselho de Administração da Companhia Objeto:** Nos termos do Regulamento Novo Mercado, o Conselho de Administração da TEMPO deverá preparar e disponibilizar, em até 15 (quinze) dias após a data de publicação deste Edital, uma manifestação de opinião fundamentada acerca dos termos e condições propostos na Oferta, nos termos do item 4.8 do Regulamento do Novo Mercado, Artigo 20, inciso (xxi) do Estatuto Social da Companhia Objeto, e Artigo 32-D da Instrução CVM 361, observado o disposto no Anexo ao Ofício Circular da BM&FBovespa nº 020/2013-DP. Os interessados na presente OPA de Aquisição de Controle poderão obter cópias da manifestação do Conselho de Administração nos sites da TEMPO (**http://ri.tempoassist.com.br**) e da CVM (www.cvm.gov.br). **1.13. Consequência da Aceitação da Oferta:** Ao aceitar esta Oferta, o Acionista da TEMPO concorda em dispor da propriedade de suas Ações, incluindo todos os direitos inerentes às referidas Ações, de acordo com os termos e condições previstos neste Edital.

2. PREÇO - 2.1. Preço da Oferta: Conforme informado na Comunicação de Anúncio das OPAs, o Ofertante oferecerá duas opções de preço de venda aos Acionistas que aderirem à Oferta, observados os ajustes previstos nesta Seção 2 ("**Preço da Oferta**"), conforme segue: (a) Opção I – Preço à Vista: Os acionistas que aderirem à Oferta e escolherem a "Opção I" receberão, à vista, a quantia correspondente ao valor de R$3,88 (três reais e oitenta e oito centavos) por ação, atualizado conforme abaixo ("**Preço à Vista**"), o qual será pago em moeda corrente nacional no ambiente da BM&FBOVESPAFBovespa. Para fins de esclarecimento, o Preço à Vista foi calculado com base em um *equity value* da Companhia Objeto, em bases totalmente diluídas, de R$ 647.145.360,66 (seiscentos e quarenta e sete milhões, cento e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos), equivalente a um valor de R$ 4,02 (quatro reais e dois centavos) por Ação ("**Preço Base por Ação - Opção I**"), do qual, para fins de determinação do Preço à Vista, foi deduzido o valor correspondente a R$0,14 (quatorze centavos) por Ação, relativo ao Custo da Transação por Ação, conforme definido no item 2.2 abaixo. Para fins de atualização do Preço à Vista, o Preço Base por Ação - Opção I será atualizado, *pro rata die*, de acordo com a variação da taxa do Índice de Preço ao Consumidor Amplo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("**IPCA**"), desde 13 de agosto de 2015 (inclusive) até a Data da Liquidação do Leilão e o Custo da Transação por Ação não será atualizado. Conforme previsto no item 2.2 abaixo, o Preço à Vista por Ação poderá ser acrescido do valor correspondente ao Reembolso Custo da Transação (abaixo definido), o qual, se devido, será pago pela Ofertante aos Acionistas que optarem pela Opção I – Preço à Vista em conformidade com o disposto no item 2.2 abaixo. (b) Opção II – Preço Parcelado: Os acionistas que escolherem a "Opção II" receberão ***(x)*** uma parcela inicial, à vista, correspondente ao valor de R$3,82 (três reais e oitenta e dois centavos) por ação, atualizada conforme abaixo ("**Parcela Inicial**"), a qual será paga em moeda corrente nacional no ambiente da BM&FBovespa; e ***(y)*** o valor de até R$0,50 (cinquenta centavos) por ação, o qual será retido pela Ofertante e estará sujeito ao Ajuste de Preço previsto no Anexo I deste Edital e será atualizado, *pro rata die*, ***(a)*** de acordo com a variação da taxa do IPCA, desde 13 de agosto de 2015 (inclusive) até a Data da Liquidação do Leilão, e ***(b)*** de acordo com a variação do taxa de juros do certificado de depósito interbancário, calculada pela taxa média diária de depósitos interbancários designada "Taxa DI - operações extra grupo", expressa em porcentagem anual, com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, publicada diariamente pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("**CDI**"), após a Data de Liquidação do Leilão ("**Parcela Retida**") (Parcela Inicial em conjunto com Parcela Retida, "**Preço Parcelado**"). O Pagamento do Saldo Remanescente da Parcela Retida (abaixo definido) será realizado nos termos do item 2.3 deste Edital. Para fins de esclarecimento, o Preço Parcelado foi calculado com base em um *equity value* da Companhia Objeto, em bases totalmente diluídas, de R$717.977.191,18 (setecentos e dezessete milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e noventa e um reais e dezoito centavos), equivalente a um valor de R$4,46 (quatro reais e quarenta e seis centavos) por Ação ("**Preço Base por Ação - Opção II**"), do qual, para fins de determinação da Parcela Inicial, foi deduzido o valor correspondente a R$0,14 (quatorze centavos) por Ação, relativo ao Custo da Transação por Ação, conforme definido no item 2.2 abaixo, e o valor da Parcela Retida. Para fins de atualização da Parcela Inicial, o Preço Base por Ação - Opção II será atualizado, *pro rata die*, de acordo com a variação da taxa do IPCA, desde 13 de agosto de 2015 (inclusive) até a Data da Liquidação do Leilão e o Custo da Transação por Ação não será atualizado. Conforme previsto no item 2.2 abaixo, o Preço Parcelado poderá ser acrescido do valor correspondente ao Reembolso Custo da Transação (abaixo definido), o qual, se devido, será pago pela Ofertante aos Acionistas que optarem pela Opção II – Preço Parcelado nos termos do item 2.2 abaixo. **2.1.1.** Para fins deste Edital, quando o IPCA e/ou CDI não forem conhecidos, aplicar-se-á o último valor divulgado ou o mais recente. Na hipótese de extinção ou não divulgação do IPCA e/ou CDI por mais de 30 dias, será aplicado o índice que vier a substituí-lo. Na falta deste índice será aplicada a média do IPCA e/ou CDI dos 12 (doze) meses anteriormente divulgados. **2.1.2.** O Preço da Oferta por ação, atualizado com duas casas decimais, será informado, por escrito, pela Instituição Intermediária ao Diretor de Operações da BM&FBovespa, no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis antes da Data do Leilão. Para o período entre esta data e a Data de Liquidação do Leilão, a atualização será calculada com base no IPCA mais recente disponível, de modo que o preço informado à BM&FBovespa será definitivo. **2.1.3.** Para fins exclusivamente de comparação, o Preço à Vista e o Preço Parcelado (considerando o valor total da Parcela Retida), acrescido do valor do Crédito Qualicorp (abaixo definido), representam um prêmio de aproximadamente 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) e 16,6% (dezesseis vírgula seis por cento), respectivamente, em relação à cotação média ponderada pelo volume do preço de fechamento dos últimos 90 (noventa) dias de negociação anteriores à data de Comunicação de Anúncio das OPAs. **2.2. Ajuste Custo da Transação e Reembolso Custo da Transação**. Conforme indicado no item 4.1.2 da Comunicação de Anúncio das OPAs, será deduzido do preço ofertado aos Acionistas o montante relativo ao custo da transação com a contratação de assessor financeiro pela Companhia Objeto, por entender-se que tal custo é de responsabilidade exclusiva dos Acionistas que aderirem à Oferta e que, portanto, se beneficiarem com a contratação de tal assessor financeiro. Dessa forma, conforme disposto nos itens 2.1 (a) e 2.1 (b) acima, o valor total de R$ 11.170.973,51 (onze milhões, cento e setenta mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) ("**Custo da Transação**"), correspondente ao valor de R$0,14 (quatorze centavos) por Ação objeto desta Oferta ("**Custo da Transação por Ação**"), relativo à contratação do Banco Barclays S.A. ("**Assessor Financeiro**") pela Companhia Objeto será deduzido pela Ofertante, tanto do Preço Base Por Ação – Opção I quanto do Preço Base Por Ação – Opção II e utilizado para fins de pagamento do Custo da Transação para o Assessor Financeiro. Em sendo o valor do Custo da Transação de responsabilidade de todos os Acionistas que aderirem às OPAs, uma vez implementada a OPA de Cancelamento de Registro, a fim de que o valor do Custo da Transação seja arcado também pelos Acionistas que aderirem à OPA de Cancelamento de Registro, o valor do Custo da Transação será dividido entre a totalidade das Ações alienadas nas OPAs, de forma que o Custo da Transação por Ação será recalculado. Uma vez recalculado o valor dos Custos da Transação por Ação, o valor descontado a maior dos Acionistas que aderirem à presente OPA de Aquisição de Controle e à OPA de Cancelamento de Registro (uma vez que, se implementada a OPA de Cancelamento de Registro, mecanismo similar ao aqui previsto será adotado para reembolsar o Custo da Transação) será ressarcido a estes Acionistas ("**Reembolso Custo da Transação**"). O Reembolso Custo da Transação será pago, em 15 (quinze) dias contados (i) do encerramento do prazo de 3 meses previsto no paragrafo 2º do Artigo 10 da Instrução CVM 361; ou (ii) da data de realização da assembleia geral que deliberar sobre o resgate de ações previsto no artigo 4º-A, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o que ocorrer primeiro. O valor do Reembolso Custo da Transação será atualizado de acordo com a variação da taxa do CDI entre a Data da Liquidação do OPA de Cancelamento de Registro e a data de seu pagamento. O pagamento do Reembolso Custo da Transação será realizado, em moeda corrente nacional, fora do ambiente da BM&FBovespa, por agente de serviço habilitado, a ser contratado pela Ofertante no âmbito da Oferta ("**Banco Escriturador**"), e cuja contratação será amplamente e oportunamente divulgada nos temos da legislação aplicável. O pagamento do Reembolso Custo da Transação será realizado mediante crédito em conta corrente indicada pelos Acionistas no Termo de Declaração, a ser entregue pelos Acionistas que aderirem às OPAs, conforme Anexo IV. Para fins deste item, é de exclusiva responsabilidade do Acionista que aderir à OPA manter seu cadastro atualizado perante o Banco Escriturador para que o pagamento do Reembolso Custo da Transação seja devidamente efetuado. **2.2.1.** Os Acionistas que pretendam aceitar a OPA de Aquisição de Controle deverão preencher (i) termo declaração relativo ao Preço da Oferta, no qual declaram, para todos os fins e efeitos legais, que concordam com todos os termos do Preço da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao Ajuste Custo da Transação e ao Reembolso Custo da Transação ("**Termo de Declaração I**"); e (ii) formulário que autorize (a) a sua Corretora (abaixo definido) e a BM&FBovespa a transmitir ao Banco Escriturador informações relativas à sua identidade e a quantidade de ações alienadas no Leilão ("**Formulário de Autorização I**"), conforme o Anexo V. Os Acionistas deverão encaminhar 3 (três) vias originais do Formulário de Autorização I e o Termo de Declaração I devidamente preenchido e com firma reconhecida à Corretora até o encerramento do Período de Habilitação. A Corretora deverá encaminhar 2 (duas) vias originais dos Formulários de Autorização I e Termos de Declaração I relativos aos Acionistas por ela representados à Diretoria da Central Depositária da BM&FBovespa até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior à Data do Leilão. A BM&FBovespa, por sua vez, deverá encaminhar 1 (uma) via original do Formulário de Autorização I e do Termo de Declaração I para o Banco Escriturador em até 5 dias úteis após a Data do Leilão. O não recebimento do Formulário de Autorização I e do Termo de Declaração I pela BM&FBovespa no prazo acima assinalado levará à não habilitação do Acionista para o Leilão e à não aceitação das ordens de venda por ele realizadas, caso aplicável. **2.2.2.** Formulário de autorização para realização da transferência na Central Depositária da BM&FBOVESPA: As Corretoras, ao encaminharem à BM&FBOVESPA, o Termo de Declaração I e Formulário de Autorização I deverão autorizar, expressamente e por escrito, a realização da transferência, na Central Depositária da BM&FBOVESPA, das ações de titularidade dos Acionistas Habilitados que representarem, para a carteira 7201-0, mediante envio do formulário constante do Anexo VII, para a Central Depositária da BM&FBOVESPA, até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior à Data do Leilão. **2.3. Ajuste de Preço na Opção II – Parcela Retida.** A Parcela Retida estará sujeita ao Ajuste de Preço previsto no Anexo I deste Edital. Após Ajuste de Preço, o saldo da Parcela Retida, se houver ("**Saldo Remanescente da Parcela Retida**"), deverá ser pago aos Acionistas que aderirem a Opção II na Data de Pagamento, conforme definida no item 1.1.2 do Anexo I. O pagamento do Saldo Remanescente da Parcela Retida será realizado, em moeda corrente nacional, fora do ambiente da BM&FBovespa, pelo Banco Escriturador, mediante depósito na conta corrente indicada no Termo de Declaração II (abaixo definido) a ser entregue pelos Acionistas que aderirem à Opção II. Para fins deste item, é de exclusiva responsabilidade do Acionista que aderir à Opção II manter seu cadastro atualizado perante o Banco Escriturador para que o pagamento do Saldo Remanescente da Parcela Retida seja devidamente efetuado. **2.3.1.** Formulário de Autorização e Termo de Declaração – Preço da Oferta – Opção II. Os Acionistas que pretendam aceitar a Opção II deverão preencher (i) termo declaração relativo ao Preço Opção II para participação no Leilão, no qual declaram, para todos os fins e efeitos legais, que concordam com todos os termos do Preço Opção II ("**Termo de Declaração II**"), conforme Anexo VI; e (ii) formulário que autorize (a) a sua Corretora (abaixo definido) e a BM&FBovespa a transmitir ao Banco Escriturador informações relativas à sua identidade e a quantidade de ações alienadas no Leilão ("**Formulário de Autorização II**"), conforme o Anexo V. Os Acionistas deverão encaminhar 3 (três) vias originais do Formulário de Autorização II e o Termo de Declaração II devidamente preenchido e com firma reconhecida à Corretora até o encerramento do Período de Habilitação. A Corretora deverá encaminhar 2 (duas) vias originais dos Formulários de Autorização II e Termos de Declaração II relativos aos Acionistas por ela representados à Diretoria da Central Depositária da BM&FBovespa até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior à Data do Leilão. A BM&FBovespa, por sua vez, deverá encaminhar 1 (uma) via original do Formulário de Autorização II e do Termo de Declaração II para o Banco Escriturador em até 5 dias úteis após a Data do Leilão. O não recebimento do Formulário de Autorização II e do Termo de Declaração II pela BM&FBovespa no prazo acima assinalado levará à não habilitação do Acionista para o Leilão e à não aceitação das ordens de venda por ele realizadas, caso aplicável. **2.3.2.** Formulário de autorização para realização da transferência na Central Depositária da BM&FBOVESPA: As Corretoras, ao encaminharem à BM&FBOVESPA, o Termo de Declaração II e Formulário de Autorização II deverão autorizar, expressamente e por escrito, a realização da transferência, na Central Depositária da BM&FBOVESPA, das ações de titularidade dos Acionistas Habilitados que representarem, para a carteira 7202-8, mediante envio do formulário constante do Anexo VII, para a Central Depositária da BM&FBOVESPA, até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia útil imediatamente anterior à Data do Leilão. **2.4. Dividendos e/ou Juros Sobre Capital:** Caso a TEMPO venha a declarar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio até a Data do Leilão, conforme abaixo definida, os respectivos pagamentos serão efetuados na forma do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações para o titular das Ações em cada data informada no ato de declaração de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Exceto pelos dividendos que serão distribuídos em decorrência do pagamento do Crédito Qualicorp, conforme previsto no item 2.5 abaixo, quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia Objeto e que sejam relativos à posição acionária anterior à Data do Leilão serão deduzidos do Preço da Oferta (no caso da Opção II – Preço Parcelado, conforme abaixo definido, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão deduzidos da Parcela Inicial), se as ações objeto da OPA de Aquisição de Controle ficarem "ex - dividendos" ou "ex - juros sobre o capital próprio" até a data de Data do Leilão. Para fins do cálculo do ajuste do Preço da Oferta previsto neste item, os valores de quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio mencionados neste item serão atualizados, pro rata die, pela variação da taxa do IPCA, desde a data do seu pagamento (inclusive) até a Data do Leilão. **2.5. Qualicorp**. Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 08 de setembro de 2015, a Companhia Objeto e suas Afiliadas comunicaram que a Companhia Objeto e sua afiliada, Med-Lar Internações Domiciliadas Ltda. ("**Med-Lar**"), celebraram transação com a Qualicorp S.A. ("**Qualicorp**"). Pela mesma, ficou acordado o pagamento já efetuado de R$ 47.500.000,00, sendo R$ 33.250.000,00 para a Companhia Objeto e R$ 14.250.000,00 para a Med-Lar, em contrapartida ao cancelamento do bônus de subscrição emitido pela Qualicorp no contexto da incorporação da Saúde Soluções Participações S.A., objeto do Fato Relevante de 13 de agosto de 2014 ("**Crédito Qualicorp**"). Conforme mencionado na Comunicação de Anúncio das

gerais. De acordo com o estatuto social da TEMPO e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de Ações o direito ao recebimento de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, observado o decréscimo da importância destinada, no exercício, à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução do dividendo obrigatório e da constituição da reserva legal, destinar-se-á a Reserva Especial de Expansão, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia Objeto, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos negócios. **7.11. Registro de Emissor:** Até onde seja do conhecimento da Ofertante e após solicitadas as devidas confirmações, o registro como emissor da TEMPO está devidamente atualizado em conformidade com o artigo 21 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. **7.12. Fatores de Risco da TEMPO:** Para maiores informações sobre os riscos relacionados à TEMPO, consulte o Formulário de Referência da TEMPO, em especial os itens 4 e 5, disponível nos seguintes *websites*: **http://ri.tempoassist.com.br**, **www.cvm.gov.br** e **www.bmfbovespa.com.br**. **7.13. Informações Adicionais sobre a TEMPO:** Demais informações sobre a TEMPO, inclusive seu Formulário de Referência, Demonstrações Financeiras, Demonstrações Financeiras Padronizadas, Informações Trimestrais, consulte os endereços eletrônicos: http://ri.tempoassist.com.br, **www.cvm.gov.br** e **www.bmfbovespa.com.br**.

8. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTANTE - 8.1. Sede: A sede da Ofertante está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 12º andar, conjunto 1201, CEP 04538-132. **8.2. Objeto Social:** O objeto social da Ofertante é a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. **8.3. Histórico de Constituição da Ofertante:** A Ofertante foi constituída em 22 de abril de 2015, sob a denominação social M.A.M.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (**"M.A.M.S.P.E."**), cujo objeto social consistia na participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("*holding*"). A M.A.M.S.P.E. foi adquirida em 28 de agosto de 2015 por Hill Fundo de Investimento em Participações e Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II (afiliadas de membros do grupo de entidades atuando como "The Carlyle Group"), tendo sua denominação social alterada para Hill Valley Participações S.A. The Carlyle Group é um gestor global de fundos alternativos, com mais de US$193 bilhões de ativos sob administração distribuídos em 128 fundos e 159 fundos de fundos nos segmentos de Private Equity Corporativo, Ativos Reais, Estratégias Globais de Mercado e Soluções de Investimentos. O Carlyle busca oportunidades em áreas nas quais possui profundo conhecimento, incluindo os setores aeroespacial, defesa e serviços governamentais, consumo & varejo, energia, serviços financeiros, saúde, industrial, imobiliário, tecnologia, telecomunicações & mídia e transportes. Desde sua fundação em 1987, o Carlyle investiu US$63,7 bilhões em 511 transações no segmento de Private Equity Corporativo.[2] O Carlyle possui forte presença e um profundo conhecimento de mercado na América Latina por meio de um time de 15 profissionais de investimento baseados em São Paulo, Brasil e Lima, Peru. Desde o início de suas atividades em 2008, o Carlyle realizou oito investimentos em companhias da região, incluindo a CVC, uma das maiores operadora de viagens do Brasil, a Tok&Stok, um dos líderes no varejo especializado em móveis no Brasil, a Rede D'Or, um dos maiores operador privado de hospitais do Brasil e a Ri Happy, um dos maiores varejista especializado em brinquedos do Brasil. Além disso, o Carlyle possui ampla experiência global no setor de serviços de assistência, com destaque para o investimento em um dos maiores prestadores de assistência especializada no Reino Unido, a RAC, adquirida da Aviva plc em 2011. Desde a aquisição da RAC, o Carlyle realizou investimentos significativos na companhia para melhorar suas operações e fortalecer sua marca. **8.4. Capital Social:** Na data de publicação deste Edital, o capital social da Ofertante, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, era de R$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **8.5. Composição Acionária:** Na data do presente Edital, a composição acionária da Ofertante consistia em 74,2% das ações detidas por Hill Fundo de Investimento em Participações e 25,8% das ações detidas por Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II.

9. DECLARAÇÕES DA OFERTANTE E DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA - 9.1. Declarações da Ofertante: A Ofertante declara que: **(i)** é responsável pela veracidade, qualidade e suficiência das informações fornecidas à CVM e ao mercado, bem como por eventuais danos causados à Companhia Objeto, aos seus acionistas e a terceiros, por culpa ou dolo, em razão da falsidade, imprecisão ou omissão de tais informações, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM 361; **(ii)** desconhece a existência de quaisquer fatos ou circunstâncias, não revelados ao público, que possam influenciar de modo relevante os resultados da Companhia Objeto ou a cotação das Ações; **(iii)** não houve nos últimos 12 (doze) meses negociações privadas relevantes com ações ordinárias de emissão da Companhia Objeto, entre partes independentes, envolvendo a Ofertante ou pessoas a ela vinculadas; **(iv)** na data deste Edital, a Ofertante não era titular, ou possuía sob sua administração discricionária, **(a)** valores mobiliários de emissão da Companhia Objeto; **(b)** derivativos referenciados em valores mobiliários de emissão da Companhia Objeto, ou **(c)** valores mobiliários da Companhia Objeto tomados ou concedidos em empréstimo; e **(v)** não celebrou qualquer contrato, pré-contrato, opção, carta de intenção ou qualquer outro ato jurídico entre a Ofertante ou pessoas a ela vinculadas e a Companhia Objeto, seus administradores ou acionistas titulares de ações representando mais de 5% (cinco por cento) das Ações, dispondo sobre a aquisição ou alienação de valores mobiliários da Companhia Objeto, nos últimos 6 (seis) meses, exceto conforme mencionado no item 1.10.2 acima e no item 9.1.1 abaixo. **9.1.1.** Em 07 de outubro de 2015, a Ofertante celebrou com os Srs. José Carlos A. Ribeiro Bonchristiano e Dimas de Camargo Maia Filho um Memorando de Entendimentos não vinculativo no qual estabeleceram as bases para um eventual acordo visando à participação dos Srs. José Carlos A. Ribeiro Bonchristiano e Dimas de Camargo Maia Filho, no Conselho de Administração da Companhia Objeto. Em vista da grande experiência dos Srs. José Carlos A. Ribeiro Bonchristiano e Dimas de Camargo Maia Filho no segmento de assistências especializadas e ramos de seguros em geral, uma vez implementadas as OPAs, é do interesse da Ofertante que eles continuem envolvidos e apoiando o desenvolvimento do negócio através de sua participação no Conselho de Administração da Companhia para opinar e contribuir com as discussões sobre estratégia e condução dos negócios da Companhia. Para tanto, os Srs. José Carlos A. Ribeiro Bonchristiano e Dimas de Camargo Maia Filho permaneceram como acionistas da Companhia detentores, individualmente, de uma participação minoritária correspondente a aproximadamente 3,59% (três vírgula cinquenta e nove por cento) das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas, considerando-se as opções outorgadas nos termos do plano de opções aprovado em assembleia geral da Companhia, e celebrariam com a Ofertante um Acordo de Acionistas que lhes daria alguns direitos de liquidez usuais para esse tipo de participação minoritária. **9.2. Declarações da Instituição Intermediária:** A Instituição Intermediária declara que: **(i)** tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Ofertante fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, respondendo pela omissão nesse seu dever, bem como verificou a suficiência e qualidade das informações fornecidas ao mercado durante todo o procedimento da Oferta, necessárias à tomada de decisão por parte dos acionistas, inclusive as informações eventuais e periódicas da Companhia Objeto, e as constantes do Laudo de Avaliação e deste Edital; **(ii)** desconhece a existência de quaisquer fatos ou circunstâncias, não revelados ao público, que possam influenciar de modo relevante os resultados da Companhia Objeto ou a cotação das Ações de sua emissão; **(iii)** na data deste Edital, a Instituição Intermediária, seu controlador e pessoas a ela vinculada não eram titulares ou detinham sob sua administração discricionária valores mobiliários de emissão da Companhia Objeto ou derivativos referenciados em valores mobiliários de emissão da Companhia Objeto ou valores mobiliários da Companhia Objeto tomados ou concedidos em empréstimo; e **(iv)** não celebrou qualquer contrato, pré-contrato, opção, carta de intenção ou qualquer outro ato jurídico entre a Instituição Intermediária ou pessoas a ela vinculadas e a Companhia Objeto, seus administradores ou acionistas titulares de ações representando mais de 5% (cinco por cento) das Ações, dispondo sobre a aquisição ou alienação de valores mobiliários da Companhia Objeto nos últimos 6 (seis) meses. **9.3. Relacionamento entre a Ofertante e a Instituição Intermediária:** Além do relacionamento decorrente da Oferta, dos termos do Contrato de Intermediação e outros documentos relacionados à Oferta, a Instituição Intermediária celebrou com os Fundos Carlyle o compromisso de financiamento para financiar parte da aquisição pela Ofertante das Ações da Companhia Objeto, conforme carta assinada em 13 de agosto de 2015. De tempos em tempos, a Instituição Intermediária e/ou as companhias integrantes de seu conglomerado econômico prestarão serviços de banco de investimento e outros serviços financeiros para a Ofertante e suas subsidiárias ou sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico, incluindo serviços consultivos em operações financeiras relacionados a (i) aquisições, (ii) mercado de capitais, e (iii) dívida e financiamento, pelos quais a Instituição Intermediária e/ou as companhias integrantes de seu conglomerado econômico foram ou serão pagas. Não há conflito de interesses entre a Ofertante e a Instituição Intermediária que possa limitar a autonomia necessária da Instituição Intermediária no exercício de suas funções como uma Instituição Intermediária da Oferta.

10. EVENTOS SUPERVENIENTES - 10.1. OPA de Cancelamento de Registro com consequente Saída do Novo Mercado da BM&FBovespa. Conforme anunciado na Comunicação de Anúncio das OPAs, a Ofertante realizará OPA de Cancelamento de Registro com consequente Saída do Novo Mercado, uma vez implementadas as condições precedentes para a OPA de Cancelamento de Registro. Conforme indicado no item 2.3 da Comunicação de Anúncio das OPAs, a Ofertante entende que os acionistas que aderirem a uma determinada OPA não podem reclamar ou exigir condições diferenciadas em relação às que foram ofertadas aos acionistas da outra OPA. Dessa forma, o acionista titular de Ações da TEMPO que aderir à presente Oferta declara (i) sua ciência com relação à possibilidade da realização da OPA de Cancelamento de Registro; e (ii) que entende e aceita que não fará jus ao pagamento de diferença entre o preço, condições de pagamento, possibilidade de manifestação ou quaisquer outras diferenças, de qualquer natureza, entre as condições praticadas na presente Oferta e aquelas que venham a ser praticadas no âmbito da OPA de Cancelamento de Registro, caso esta venha a ser realizada em condições diferente da presente OPA de Aquisição de Controle, sendo que até o presente momento não existe qualquer tratamento diferenciado, previsto ou contratado, entre essas OPAs. **10.2. Possibilidade de Reestruturação Societária**. A Ofertante, declara, ainda, que após a efetiva conclusão e liquidação desta Oferta ou da OPA de Cancelamento de Registro, uma vez implementada tal oferta, a Ofertante pretende realizar uma reorganização societária de modo que a Ofertante seja incorporada pela Companhia Objeto, de acordo com o disposto no artigo 227 da Lei das Sociedades por Ações ("**Reorganização Societária**"). Dessa forma, o acionista titular de Ações da Tempo que aderir à presente Oferta declara sua ciência com relação à possibilidade da realização da Reorganização Societária.

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 11.1. Documentos da Oferta: Os acionistas titulares de valores mobiliários da Companhia Objeto devem ler atentamente este Edital e demais documentos relevantes relacionados à Oferta, dentre os quais a Manifestação do Conselho de Administração da Companhia Objeto, publicados pela Ofertante ou arguivados na CVM, tendo em vista que tais documentos contêm informações importantes. **11.2. Autorização pela BM&FBovespa:** A BM&FBovespa autorizou a realização do Leilão em seu Sistema Eletrônico de Negociação Segmento BOVESPA da BM&FBovespa. **11.3. Acesso aos Documentos Relacionados à Oferta:** Este Edital, o Laudo de Avaliação e a Lista de Acionistas da Tempo estão à disposição de qualquer pessoa interessada (sendo o último documento disponibilizado apenas mediante a identificação e recibo assinado pela parte interessada, como previsto no Anexo II, "o", da Instrução CVM 361, e não deverá ser disponibilizada em qualquer *website*) nos endereços mencionados abaixo. Alternativamente, este Edital e o Laudo de Avaliação poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da internet:

11.3.1. TEMPO PARTICIPAÇÕES S.A.
Avenida Andrômeda, nº 2000, Edifício 19, Condomínio Green Valley
Barueri – SP
CEP 06473-000
At.: Guilherme Moretti Vergani (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)

11.3.2. Hill Valley Participações S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 12º andar, conjunto 1201
São Paulo – SP
CEP 04538-132
At.: Srs. Daniel Sterenberg e Sergio Carneiro

11.3.3. Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar
Bela Vista – São Paulo/SP, Brasil
CEP: 01310-917
A/C: Sr. Glenn Mallett
www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, (i) para acesso ao Edital, selecionar o tipo de oferta "OPA", em seguida clicar em "OPA Tempo" (ii) para acesso ao Laudo de Avaliação, selecionar o tipo de oferta "OPA", em seguida clicar em "Laudo de Avaliação".

11.3.4. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º andar, Centro, São Paulo - SP
Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar, "Centro de Consultas", Rio de Janeiro - RJ
www.cvm.gov.br (neste *website*, (i) para acesso ao Edital, na parte "Acesso Rápido", selecionar "Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante," digitar "Tempo Participações" e clicar em "Continuar," selecionar a companhia "Tempo Participações S.A.", selecionar "OPA – Edital de Oferta Pública de Ações" e, posteriormente, clicar em "Consulta" da versão mais recente do Edital disponível na página; (ii) para acesso ao Laudo de Avaliação, na parte "acesso rápido" da página principal, acessar "Consulta – OPA – Ofertas Públicas de Aquisição de Ações", selecionar o ano de 2015 em "Registradas" e, em seguida, selecionar "Tempo Participações S.A." selecionar a última versão do Laudo disponibilizada

11.3.5. BM&FBovespa S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Praça Antônio Prado, 48, 2º andar, Centro, São Paulo, SP - Diretoria de Operações **www.bmfbovespa.com.br** (neste *website*, clique em "Serviços", "Leilões", "Bolsa de Valores" e, finalmente, acessar no primeiro quadro da página o *link* "Consulta").

11.4. Identificação do assessor jurídico da Ofertante:
Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados
Rua Funchal, nº 418, 11º andar, Vila Olímpia
São Paulo – SP
CEP 04551-060
Tel.: (55.11) 3089-6505 - **Fax:** (55.11) 3089-6565
At.: Sr. Marcos Flesch

11.5. Identificação do assessor jurídico da Instituição Intermediária:
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447, Cerqueira César
São Paulo – SP
CEP 01403-001
Tel.: (55.11) 3147-7600 - **Fax:** (55.11) 3147-7770
At.: Sr. Renato Schermann Ximenes de Melo / Sra. Vanessa Fiusa

11.6. Acionistas Domiciliados Fora do Brasil: Os acionistas domiciliados fora do Brasil poderão estar sujeitos a restrições impostas pela legislação de seus países quanto à aceitação da presente Oferta, à participação no Leilão e à venda das Ações. A observância de tais leis aplicáveis é de inteira responsabilidade de tais acionistas não residentes no Brasil.

HILL VALLEY PARTICIPAÇÕES S.A.

OFERTANTE

INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA

ANBIMA

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Anexo I

Regras e procedimentos aplicáveis para fins de Ajuste de Preço na Opção II – Parcela Retida

1.1 Ajuste de Preço na Opção II – Parcela Retida. Este Anexo contém as regras e procedimentos aplicáveis para fins de Ajuste de Preço na Opção II – Parcela Retida. Os seguintes termos iniciados em letra maiúscula neste Anexo I terão os significados atribuídos a seguir: "Perda" significa toda e qualquer perda, dano, custo, multa, penalidade, despesa, prejuízo ou responsabilidade pecuniária ou conversível em pecúnia (inclusive juros, multa e correção monetária, perícias) (excetuados depósitos judiciais) decorrentes de (i) toda e qualquer Demanda de Terceiro (abaixo definido) ou Demanda de Desinvestimento (abaixo definido) contra qualquer das Partes Indenizáveis da Companhia Objeto (abaixo definidas), de qualquer natureza, incluindo, sem limitação, tributária, trabalhista, previdenciária, societária, cível, ambiental, contábil, securitária, relacionada a fato ocorrido, atos praticados ou omissões, informadas ou não, de conhecimento ou não das Partes Indenizáveis da Companhia Objeto, cujo fato gerador tenha ocorrido até a Data de Liquidação do Leilão objeto desta Oferta e que seja efetivamente incorrido e desembolsado pelas Partes Indenizáveis da Companhia Objeto entre 31 de março de 2015 (exclusive) e a Data Base (abaixo definida), observado que do montante de uma determinada Perda serão deduzidos os valores que a Companhia Objeto e/ou as Partes Indenizáveis da Companhia Objeto, conforme o caso, tenham efetivamente recebido até a Data Base a título de indenização, regresso, reembolso ou outros ressarcimentos relacionados a tal Perda; (ii) fraude cometida pelos administradores da Companhia Objeto em relação às informações prestadas no Formulário de Referência da Companhia Objeto; (iii) falsidade ou incorreção das declarações e garantias previstas no Anexo I da Comunicação de Anúncio das OPAs. Para evitar qualquer duplicidade, caso um determinado valor seja computado uma vez como um Valor Dedutível (abaixo definido) para fins de Ajuste de Preço na Opção II – Parcela Retida, aquele mesmo valor não será novamente computado como um Valor Dedutível de outra natureza. Ficam excluídas da definição de "Perdas" todos e quaisquer Custos (conforme definido abaixo). O valor das Perdas será atualizado, *pro rata die* (1) caso tenha sido desembolsado antes da Data de Liquidação do Leilão, pela variação da taxa do IPCA, desde 13 de agosto de 2015 até a Data de Liquidação do Leilão; e a partir do dia seguinte à Data de Liquidação do Leilão pela variação do CDI; ou (2) caso tenha sido desembolsado após a Data de Liquidação do Leilão, pela variação da taxa do CDI. "Partes Indenizáveis da Companhia Objeto" significa a Companhia Objeto, suas controladas, a Ofertante, seus sócios e titulares de participação direta e indireta, afiliadas e seus respectivos administradores. "Data Base" significa a data que corresponder a 3 (três) anos contados da Data de Liquidação do Leilão desta Oferta. "Ajuste de Despesa de Desinvestimento" significam os custos ou despesas da Companhia Objeto e/ou das Partes Indenizáveis da Companhia Objeto após 31 de março de 2015 relativos a desinvestimentos da Companhia Objeto realizados até a Data de Liquidação do Leilão desta Oferta que excederem o valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), atualizados (1) caso tenham sido desembolsados antes da Data de Liquidação do Leilão, pela variação da taxa do IPCA, desde a presente data até a Data de Liquidação do Leilão; e a partir do dia seguinte à Data de Liquidação do Leilão pela variação do CDI; ou (2) caso tenham sido desembolsados após a Data de Liquidação do Leilão, pela variação do CDI desde a Data de Liquidação do Leilão até a Data Base. "Ajuste de Stock Option" significa o valor, caso positivo, resultante da diferença entre (1) o valor originalmente previsto para o recebimento de recursos, pela Companhia Objeto, caso fossem exercidas todas as opções de compra outorgadas até 13 de agosto de 2015 no âmbito de plano de opção de compra aprovados pela assembleia geral, que é correspondente, em tal data, a R$20.772.234,94 (vinte milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos) subtraído deste o Impacto ao Strike SOP; e (2) o valor a ser efetivamente recebido pela Companhia Objeto uma vez exercidas, todas as opções de compra outorgadas no âmbito de plano de opção de compra aprovados pela assembleia geral. "Demandas de Terceiros" significa todo e qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral movido por um terceiro contra qualquer das Partes Indenizáveis da Companhia Objeto. Fica certo que não serão consideradas uma "Demanda de Terceiro", as Demandas de Terceiro contra Partes Indenizáveis da Companhia Objeto que não se refiram à Companhia Objeto, suas Subsidiárias (atuais ou pretéritas), atividades ou negócios. "Demandas Acessórias de Terceiros" significa quaisquer Demandas de Terceiros relacionadas a passivos da Med-Lar Internações Domiciliadas Ltda. e Prevdonto Participações Ltda. "Demandas de Desinvestimento" significa quaisquer Demandas de Terceiros ou notificações de terceiros ou obrigações pecuniárias devidas relativas aos desinvestimentos realizados pela Companhia Objeto anteriormente à Data de Liquidação do Leilão desta Oferta, incluindo, mas não se limitando ao (i) Acordo de Associação celebrado com a Qualicorp, (ii) Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., (iii) Contrato de Alienação Voluntária Total de Carteira de Beneficiários de Planos Odontológicos e Outras Avenças com a Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e (iv) Contrato de Alienação Voluntária Total de Carteira de Beneficiários de Seguros Saúde e Outras Avenças com a Unimed Seguros Saúde S.A.. "Demandas Principais de Terceiros" significa todas e quaisquer Demandas de Terceiros que não sejam Demandas Acessórias de Terceiros nem Demandas de Desinvestimento."Demandas de Terceiros Relevantes" significa todas e quaisquer Demandas Principais de Terceiros cujos valores individuais envolvidos por demanda, estimados por escritório de advocacia indicado pela Companhia Objeto, sejam superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais). "Custos Relativos a Demandas Conduzidas pelo Gestor" significa custos decorrentes das contratações de advogados para as Demandas Acessórias de Terceiros e Demandas de Desinvestimento (incluindo, sem limitação, honorários do advogado e custas processuais), devidos pela Companhia Objeto desde que observados os termos do contrato do Gestor descrito no item 1.6 deste Anexo, atualizados pela variação da taxa do IPCA desde 13 de agosto de 2015 até a Data de Liquidação do Leilão, e a partir do dia seguinte após a Data de Liquidação do Leilão pela variação da taxa do CDI desde a data em que forem efetivamente incorridos e desembolsados pela Companhia Objeto até a Data Base. "Custos Relativos a Demandas Conduzidas pelo Companhia Objeto" significa custos decorrentes das contratações de advogados para as Demandas Principais de Terceiros (incluindo, sem limitação, honorários do advogado, custas processuais, perícias, juros de mora, multas, correção monetária, fianças e/ou demais garantias judiciais e extrajudiciais), atualizados pela variação da taxa do IPCA desde 13 de agosto de 2015 até a Data de Liquidação do Leilão, e a partir do dia seguinte após a Data de Liquidação do Leilão pela variação da taxa de CDI desde a data em que forem efetivamente incorridas e desembolsadas pela Companhia Objeto até a Data Base.."Custos com Gestor" significa o total de custos incorridos pela Companhia Objeto com a contratação do Gestor conforme item 1.1.3 deste Anexo, atualizados pela variação da taxa do IPCA desde 13 de agosto de 2015 até a Data de Liquidação do Leilão, e a partir do dia seguinte após a Data de Liquidação do Leilão pela variação da taxa de CDI desde a data em que forem efetivamente incorridos e desembolsados pela Companhia Objeto (em conjunto com Custas Relativas a Demandas Conduzidas pelo Gestor e Custas Relativas a Demandas Conduzidas pela Companhia Objeto, denominados "Custos"). "Contingências Reclamadas Pendentes" significa Demandas de Terceiros e todas Demandas de Desinvestimento, em andamento na Data Base e atualizados na Data Base. "Saldo das Contingências Pendentes" significa o valor das Contingências Reclamadas Pendentes ajustadas pelos percentuais baseados na probabilidade de insucesso conforme item 1.6.3.1 do Edital. "Franquia" significa o valor de R$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) atualizado de acordo com a (a) variação da taxa do IPCA, desde 13 de agosto de 2015 até a Data de Liquidação do Leilão; e (b) a partir do dia seguinte à Data de Liquidação do Leilão, pela variação do CDI. "Deduções Sujeitas a Franquia" significa o valor, caso positivo, correspondente à diferença entre (i) o somatório das Perdas, do Saldo das Contingências Pendentes e das Custas Relativas a Demandas Conduzidas pela Companhia Objeto e (ii) a Franquia. Na hipótese em que tal saldo seja negativo, as Deduções Sujeitas a Franquia serão consideradas como sendo iguais a zero. "Número de Ações Totalmente Diluído" significa o total de ações emitidas pela Companhia Objeto em base totalmente diluída (*fully diluted*) considerando-se as opções outorgadas nos termos do plano de opções aprovado em assembleia geral outorgadas até 13 de agosto de 2015. "Número de Ações Aderentes a Opção II" significa o total de ações vendidas no âmbito das OPAs mediante a escolha da Opção II de Preço. "Ajuste Montante Limite" significa qualquer diferença de valor entre a apuração final do Montante Limite pela administração para fins do Ajuste de Preço e a estimativa, divulgada nas Comunicações Qualicorp com base em informações prestadas pela companhia, que foram utilizadas para fins de determinar o valor limite do Dividendo Qualicorp. **1.1.1** Ajuste de Preço. O valor da Parcela Retida sofrerá ajuste ("**Ajuste de Preço**"), estando sujeito à dedução dos seguintes valores (os "**Valores Dedutíveis**"): (a) Deduções Sujeitas a Franquia, divididas pelo Número de Ações Totalmente Diluído; (b) Custas Relativas a Demandas Conduzidas pelo Gestor, divididas pelo Número de Ações Totalmente Diluído; (c) Ajuste de Despesa de Desinvestimento, dividido pelo Número de Ações Totalmente Diluído; (d) Custos com Gestor, dividido pelo Número de Ações Aderentes a Opção II; (e) Ajuste de Stock Option, dividido pelo Número de Ações Totalmente Diluído; (f) Ajuste Montante Limite, dividido pelo Número de Ações Totalmente Diluído. **1.1.1.1** Para fins do Ajuste de Preço, as Perdas deverão sempre ser computadas e tratadas nos termos descritos neste item 1.1, devendo sempre ser deduzidas da Franquia, até que esta se esgote, antes de qualquer dedução da Parcela Retida. **1.1.1.2** Limite Máximo dos Custos do Gestor e Custas de Demandas Conduzidas pelo Gestor. Os valores relativos às Custas de Demandas Conduzidas pelo Gestor e os Custos do Gestor estão limitados ao valor individual ou agregado de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) atualizado pela variação da taxa do IPCA desde 13 de agosto de 2015 até a Data de Liquidação do Leilão, e a partir do dia seguinte após a Data de Liquidação do Leilão pela variação do CDI ("**Valor Limite de Dedução**"). Caso o Valor Limite de Dedução seja atingido, a Companhia Objeto notificará o Gestor (conforme definido abaixo) com 30 (trinta) dias de antecedência e caso a Companhia Objeto continue a incorrer despesas na condução de tais demandas, a Companhia Objeto assumirá a condução de todas as Demandas Acessórias de Terceiros e as Demandas Relevantes de Terceiros que passarão a ser consideradas "**Demandas Principais de Terceiros**" para fins do item 1.1.4.1 deste Anexo. Neste caso a Companhia Objeto arcará com todos os custos e despesas relacionados com a condução de tais demandas, que a partir deste momento passarão a compor as Custas de Demandas Conduzidas pela Companhia Objeto. Uma vez atingido o limite referido neste item, o contrato do Gestor estabelecerá que o Gestor não mais fará jus ao pagamento de quaisquer valores pela Companhia Objeto em razão da condução de demandas, exceto (i) por aqueles já devidos e ainda não pagos ou; (ii) referentes a remuneração baseada exclusivamente em sucesso devida após a Data de Apuração (sempre limitado ao Saldo Remanescente da Parcela Retida).

1.1.2 Pagamento do Saldo Remanescente da Parcela Retida. Após Ajuste de Preço, através da dedução dos Valores Dedutíveis da Parcela Retida, o saldo ("**Saldo Remanescente da Parcela Retida**"), se houver, deverá ser pago aos Acionistas que aderiram a Opção II em até 30 (trinta) dias contados da data de definição final, seja por mútuo acordo, seja através de árbitro, dos Valores Dedutíveis, nos termos do 1.1.4 abaixo ("**Data de Pagamento**"). O pagamento do Saldo Remanescente da Parcela Retida será realizado nos termos do item 2.3 do edital. **1.1.3** Contratação do Gestor. Conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia Objeto indicou o escritório de advocacia Fialdini Advogados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.158.375/0001-96 ("**Gestor**"), que será contratado pela Companhia Objeto, e ficará responsável pelo acompanhamento e gestão, conforme o caso, das Demandas de Terceiros (inclusive através da contratação de escritórios de advocacia os quais a Companhia Objeto constituirá como mandatários com poderes *ad judicia*) e pelas decisões (isoladamente ou em conjunto com escritórios de advocacia por ele indicado) relacionadas à condução de referidas demandas, conforme descrito neste item. O contrato contendo os termos e condições da contratação do Gestor deverá ser mantido disponível aos acionistas da Companhia Objeto. A contratação do Gestor pela Companhia Objeto apenas será realizada, e os Acionistas que optarem pela Opção II Preço da Oferta e, consequentemente, o Gestor, apenas terão os direitos previstos neste item 1.1.3, se, no mínimo, acionistas detentores de ações representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Companhia Objeto na Data de Liquidação do Leilão desta Oferta aderirem à Opção II do Preço da Oferta. **1.1.3.1** Toda e qualquer Demanda Principal de Terceiros deverá ser conduzida pela Companhia Objeto, ressalvado que a Companhia Objeto não poderá realizar pagamentos ou acordos relacionados a quaisquer Demandas de Terceiros Relevantes (incluindo transações judiciais ou extrajudiciais), salvo se obtiver anuência prévia, expressa e por escrito do Gestor, exceto se o pagamento decorrer de realização de penhora, garantia de juízo ou pagamento de condenação final transitada em julgado. **1.1.3.2** Observado o disposto no item 1.1.3 acima, as Demandas Acessórias de Terceiros e as Demandas de Desinvestimento cujos prognósticos sejam de "perda remota" deverão ser conduzidas pela Companhia Objeto e serão consideradas "**Demandas Principais de Terceiros**" para fins deste item 1.1. Aquelas existentes na data do Leilão, cujos prognósticos sejam de "perda possível" ou "perda provável" serão conduzidas pelo Gestor, ressalvado que se o prognóstico de qualquer demanda classificada como "perda remota" seja alterado para "perda possível" ou "perda provável", tal demanda passará a ser conduzida pelo Gestor e passará a ser considerada para fins deste Edital como sendo "Demandas Acessórias de Terceiros". A Companhia Objeto deverá informar, por escrito, o Gestor no menor prazo dentre (1) o máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do conhecimento da existência de uma Demanda Acessória de Terceiros ou de uma Demanda de Desinvestimento, sem prejuízo da dedução dos Custos de Demandas Acessórias e Relevantes de Terceiros da Parcela Retida; ou (ii) metade do prazo para apresentação de defesa, se houver prazo para defesa. **1.1.3.3** O direito do Gestor de nomear escritórios de advocacia e conduzir as Demandas Acessórias de Terceiros e as Demandas de Desinvestimento estará sujeito à aprovação da Companhia Objeto, exclusivamente nos casos em que as matérias envolvidas possam implicar dano à imagem da Companhia Objeto e/ou da Ofertante, responsabilidades criminais, ou de outra forma afetar a condução dos negócios da Companhia Objeto de forma que altere o seu curso normal, sendo que a Companhia Objeto deverá indicar claramente esta situação para o Gestor e em caso de discordância do Gestor, o Árbitro (conforme abaixo definido) poderá ser convocado para dirimir, de forma definitiva e vinculante, a questão. A celebração de qualquer acordo, transação ou composição com relação a quaisquer Demandas Acessórias de Terceiros e as Demandas de Desinvestimento com as características previstas neste item dependerá do prévio e expresso consentimento da Companhia Objeto. **1.1.3.4** Na hipótese de a Companhia Objeto, por lapso, deixar de informar o Gestor nos termos do item 1.1.3.2. acima, a Demanda de Terceiro em relação à qual houve ausência de notificação continuará sendo um Valor Dedutível, exceto na medida em que tal ausência de comunicação por escrito prejudique substancialmente a defesa de tal Demanda de Terceiro, sendo que neste caso tal demanda não será computada como Valor Dedutível nem os seus respectivos Custos. **1.1.4** Em até 30 (trinta) dias contados da Data Base, a Companhia Objeto levantará as Perdas, bem como deverá obter os relatórios dos advogados com indicação dos valores envolvidos ("**Valores Envolvidos**") atualizados até a Data Base e a avaliação dos prognósticos das Contingências Reclamadas Pendentes na Data Base em relação à probabilidade de insucesso para a Companhia Objeto, classificadas entre "perda provável", "perda possível" e "perda remota", para fins de Ajuste de Preço, sendo a data em que houver determinação final dos Valores Envolvidos (inclusive após deliberação através de Árbitro, nos termos do item 1.1.4.1.2 abaixo) denominada "**Data de Apuração**". **1.1.4.1** Com base nos relatórios mencionados acima, o "**Saldo de Contingências Pendentes**" será o somatório dos valores das Contingências Reclamadas Pendentes, aferidos da seguinte forma: caso a probabilidade de insucesso em relação a uma respectiva Contingência Reclamada Pendente seja avaliada como sendo de "perda provável", 100% (cem por cento) do respectivo Valor Envolvido será computado como uma Perda para fins de Ajuste de Preço, (ii) caso a probabilidade de insucesso em relação a uma respectiva Contingência Reclamada Pendente seja avaliada como sendo de "perda possível", exceto caso se relacionem a uma questão tributária ou previdenciária, (1) 50% (cinquenta por cento) do respectivo Valor Envolvido será computado como uma Perda para fins de Ajuste de Preço, caso não se relacione a uma Demanda de Desinvestimento; e (2) 70% (cinquenta por cento) do respectivo Valor Envolvido será computado como uma Perda para fins de Ajuste de Preço caso se relacione a uma Demanda de Desinvestimento; e (iii) caso a probabilidade de insucesso em relação a uma respectiva Contingência Reclamada Pendente seja avaliada como sendo de "perda possível" e seja relacionada a uma questão tributária ou previdenciária, 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo Valor Envolvido será computado como uma Perda para fins de Ajuste de Preço. Caso a estimativa de perda em relação a uma respectiva Contingência Reclamada Pendente seja avaliada como "perda remota", nenhum valor será computado como uma Perda para fins de Ajuste de Preço. **1.1.4.1.1** Não obstante o disposto neste item, as Demandas de Terceiros avaliadas como "Perda Provável" na data das demonstrações financeiras com data-base de 31 de março de 2015 e que tenham sido objeto de provisão no balanço patrimonial não estarão sujeitas ao procedimento aqui previsto, e, caso continuem pendentes na Data de Apuração deverão continuar sendo consideradas como "perda provável", com a dedução de 100% (cem por cento) do